

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:
Uma proposta etnográfica de avaliação¹**

Maria Hebe Camurça Citó
SEPLAG-CE

Resumo: O presente *paper* apresenta proposta qualitativa de avaliação de políticas públicas articuladas à proposta da economia solidária. O recorte etnográfico são grupos organizados na cidade de Fortaleza-CE - Dendêsol e Coopsol. A problemática central da pesquisa é a acessibilidade das políticas públicas aos grupos, deste modo, a indagação central é: Em que medida tais grupos teriam ou não acesso às políticas públicas no campo da economia solidária? Referida pesquisa, desenvolvida no Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, utilizou como metodologia o estudo de caso exploratório, focando esses dois grupos, envolvendo ainda levantamento bibliográfico sobre o tema e pesquisa documental sobre políticas públicas de economia solidária. O levantamento bibliográfico concentra-se em estudos de Paul Singer, Marcos Arruda, Luiz Gaiger, Noelle Lechat, Rosângela Barbosa, Aécio de Oliveira, Alícia Gonçalves e Elza Braga, discutindo teorias que envolvem a economia solidária – histórico, relação com capitalismo, democracia, cidadania, participação e autogestão. A pesquisa documental foi realizada na Célula de Economia Solidária da Prefeitura e Câmara de Vereadores. Noutro momento, a partir de entrevistas e pesquisas documentais, é apresentado o que existe de políticas públicas de economia solidária. Num terceiro momento, como análise do estudo de caso, é apresentada proposta qualitativa de avaliação das políticas públicas, frente a experiências de economia solidária.

Palavras-chave: Economia solidária, políticas públicas, avaliação.

ABSTRACT This paper presents a proposal for a qualitative assessment of the proposal articulated public policy of solidarity economy. The ethnographic groups are organized in the city of Fortaleza-CE - Dendêsol and Coopsol. The central problem of research is the accessibility of public policy groups, thus the main question is: To what extent these groups have no access or public policies in the economy of solidarity? This research, developed in the Master in Public Policy Evaluation, the methodology used as an exploratory case study, focusing on these two groups, involving also the literature on this subject and documentary research on policies for economic solidarity. The literature review focuses on studies of Paul Singer, Marcos Arruda, Luiz Gaiger, Noelle Lechat, Rosa Barbosa, Aetius de Oliveira, Alicia Gonçalves and Elza Braga, discussing theories involving the social economy - historical relationship with capitalism, democracy, citizenship, participation and self-management. The desk research was conducted in Cell Solidarity Economy from the Mayor and City Council. At another point, from interviews and documentary research, is shown that there is public policy of solidarity economy. Thirdly, as the case study analysis, is presented proposal qualitative assessment of public policies, compared to experiences of social economy.

Keywords: Solidarity Economics, Public Policy, Evaluation.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho aborda a temática da economia solidária, tendo como objetivo geral a avaliação da acessibilidade das políticas públicas de economia solidária para grupos organizados na cidade de Fortaleza-CE.

A temática nos remete às origens históricas da dita economia solidária que remonta ao século XIX na Europa como um movimento dos trabalhadores contra a exploração capitalista, engendrando-se neste contexto, segundo Singer (2002) o pensamento social associativista e as práticas cooperativistas. Para Singer, a economia solidária nasce das entranhas e das contradições do sistema capitalista de produção de mercadorias baseado no trabalho alienado, estranhado e fetichizado.²

Como parte da história mais recente da economia solidária, Singer afirma que, já no século XX, entre as décadas de 40 e 70, os trabalhadores dos países ricos experimentaram uma época de pleno emprego. No entanto, nas décadas seguintes, grande parte da produção industrial saiu de países ricos ou semi-desenvolvidos para países onde reivindicações e conquistas dos trabalhadores não eram realidade. Assim desapareciam postos de trabalho nos países mais desenvolvidos economicamente e, ao mesmo tempo, trabalhadores dos países de menos consciência política eram explorados como mão-de-obra barata. (Ibid., p. 110)

O autor assegura ainda que “ter um emprego em que seja possível gozar os direitos legais e fazer carreira passou a ser privilégio de uma minoria” e que, a partir dessa realidade, na segunda metade do século XX, ressurgiu a idéia da economia solidária, com a criação de cooperativas, associações e outras formas de agregação e autogestão para o trabalho, a produção e a comercialização. (Ibid., p. 110-111)

Quanto à significação da economia solidária, não há consenso entre intelectuais, movimentos sociais, lideranças sindicais e outras entidades, para alguns, a economia solidária, como forma de autogestão por grupos de trabalhadores e trabalhadoras, é uma solução que coexiste com o capitalismo, por outros é apresentada como alternativa a uma marginalização oriunda do modelo capitalista e meio para a construção de uma sociedade mais igualitária, justa e solidária.

Tzoni (2007, p. 95), por exemplo, apresenta a socioeconomia solidária como um modelo econômico inclusivo, o qual considera “as capacidades e os potenciais de cada indivíduo com igualdade como base da construção de relações justas, livres e democráticas na integração de um desenvolvimento social”.

Para a realização desta pesquisa, foi utilizada essa idéia do “modelo econômico inclusivo”, como forma de verificar o alcance das políticas públicas de economia solidária, ou seja, avaliar se estas conseguem fazer-se chegar ao seu público alvo e facilitar a inclusão dos componentes dos grupos como sujeitos ativos, na comunidade do Dendê (Grupo Dendêsol) e do Grande Jangurussu (Grupo Coopsol), através da sua participação nas atividades solidárias.

1. TEORIAS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA: A REFLEXÃO BRASILEIRA

A seguir é apresentado um breve panorama da reflexão brasileira sobre a temática da economia solidária, a partir de alguns intelectuais com significativa inserção no campo³⁴ em foco. Em um primeiro momento, uma reflexão sobre os termos, conceitos e categorias acionados pelos referidos intelectuais, em seguida, é apresentado breve cenário do movimento no Brasil, a partir da reação dos movimentos sociais urbanos e no campo, que ganha força política no I Fórum Social Mundial.

Um primeiro termo que merece destaque é a economia. A economia é uma ciência social amplamente discutida em nossos dias, até mesmo por quem dela tem pouco ou nenhum conhecimento acadêmico, devido à sua abrangência e à influência que exerce nas relações cotidianas entre as pessoas e as sociedades. Etimologicamente, é originada de palavras gregas *oikos* (casa) e *nomos* (costume ou lei). Especialmente nas discussões sobre economia solidária a etimologia da palavra economia é por vezes resgatada, uma vez que trata do cuidado com a casa, em um sentido que se amplia ao meio ambiente, ao planeta e às pessoas que nela habitam, e do cuidado com os recursos que estão envolvidos nas relações e nas atividades desenvolvidas.

Destaque também deve ser atribuído ao termo solidariedade que adjetiva a economia e trata de um tipo específico de economia: “solidária”. Etimologicamente, Lechat (2004, p. 113) explica que “o termo é uma deformação da palavra latina *solidum* que [...] servia para designar obrigação que pesava sobre os devedores quando cada um era responsável pelo todo”. Sistematizando definições colhidas em dicionário, a autora continua, dizendo que “a solidariedade tem por característica a formação de um laço ou vínculo entre duas ou mais pessoas; sendo que este laço poderá revestir a forma de um sentido moral, de um sentimento ou de uma dependência recíproca, dependendo da situação”.

A referência à solidariedade é também explicitada em relatos biográficos,⁵ a exemplo do que podemos identificar na fala de uma das lideranças da Dendêsol, quando diz que vivenciava a solidariedade desde a infância: “[...] eu lembro muito que eu era pequena e morava no interior com os meus pais, não tinha muito essa questão do dinheiro, por exemplo, um vizinho do meu pai matava um porco, meu pai trabalhava com questão de farinhada e o outro não tinha, aí ele retribuía a carne com a farinha, com o feijão, com a rapadura, com o queijo [...]”.

Outro termo que aparece frequentemente nos relatos é o desenvolvimento. Pois também é discutido sob duas visões – uma que privilegia meramente o desenvolvimento econômico e outra que transcende a dimensão meramente economicista e incorpora outras dimensões, como participação, cidadania, democracia, meio-ambiente, dentre outras.⁶

Sobre a concepção dominante e globalizada de desenvolvimento, Arruda e Boff (2000, p.11) o dizem sinônimo de crescimento econômico, de modernização industrial, de progresso tecnológico e de acumulação ilimitada de bens materiais. Reconceituando desenvolvimento, os autores servem-se de definição oferecida pela Declaração da ONU sobre Direito dos Povos ao Desenvolvimento (1993), que o apresenta como “um processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa o constante melhoramento do bem-estar de toda a população e de cada indivíduo na base da sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na justa distribuição dos benefícios resultantes dele”.

Ainda sobre os termos, também é interessante fazer um esclarecimento sobre a autogestão, que se coloca como uma das fortes características das iniciativas de economia solidária. Oliveira (2004, p. 340), por exemplo, explanando sobre indicadores e variáveis utilizados para compor e aferir a densidade do solidarismo praticado pelos grupos, em sua pesquisa, considera a autogestão um desses atributos, “no sentido de que o controle da gestão do empreendimento seja exercido efetivamente pelo conjunto dos associados, sobretudo com autonomia em relação a agentes externos”.

Como vemos, a autogestão diz respeito a aspectos internos e externos dos grupos. Externamente, precisam ser autônomos na relação com organizações não governamentais, políticos e instâncias do governo, evitando dependências que possam inclusive comprometer o desenvolvimento das atividades, caso passem por uma situação de interrupção ou falta de algum desses apoios.

Quanto aos aspectos internos, a autogestão diz respeito à relação de trabalho entre os participantes, à tomada de decisão coletiva e à participação efetiva dos integrantes, enquanto gestores e, não somente como trabalhadores, definindo sobre a administração dos recursos materiais e financeiros, sobre a forma de coordenar a produção, sobre a destinação de resultados, dentre outros temas de interesse comum. Tratando acerca dessa forma de gestão, Gaiger (2004, p. 389) pontua algumas consequências: “[...] a *prática da gestão partilhada*, ou da autogestão, exerce três efeitos importantes: ela inibe as tentações de reintroduzir a divisão social do trabalho e de adotar práticas não igualitárias [...]; ela eleva o grau de comprometimento dos indivíduos, reforça os laços mútuos e favorece a criação de um ambiente de *confiança mútua* [...]; como terceiro efeito, a partilha da gestão predispõe ao zelo, à maior atenção e cuidados para evitar desperdícios e otimizar o processo produtivo”.

Propriamente sobre os nomes dados à economia solidária, Lechat (op. cit., 156-157) afirma que possuem duplo significado, sendo que, de um lado, o nome se aproxima da visão do seu idealizador, criador ou utilizador e por outro dá uma idéia de identidade. Especificamente sobre cinco das denominações, ela explica melhor, assim: “A expressão “economia popular solidária” lembra miniprojetos, reunindo pessoas carentes em torno de atividades de cunho artesanal de pouco valor agregado, e sustentados por ONGs e, principalmente, por igrejas. A categoria de “cooperativas populares” traz a imagem das incubadoras universitárias lideradas pela COOPE da UFRJ. Tudo o que tem no seu nome a palavra autogestão lembra os sindicatos e a ANTEAG. A expressão economia solidária dá uma impressão de generalização, uma expressão aglutinadora de

milhares de experiências as mais diversas possíveis. E o nome socioeconomia solidária lembra Arruda, o PACS e a Rede Brasileira”.

Sabe-se que o estudo, a pesquisa, a discussão, a definição conceitual e a denominação de um tema tendem a fazer com que este se torne mais conhecido, mais visível, mais claro, mais bem delimitado e mais forte. Todo esse tratamento traz consigo também questões e disputas relacionadas ao poder, à política, à academia.

Dentre definições e visões sobre a economia solidária, Gonçalves (2009, p. 18) afirma serem os empreendimentos econômicos solidários “um universo simbólico distinto e específico [...], que articula simultaneamente, no tempo e no espaço, várias dimensões: simbólica, política, econômica, social, geográfica, religiosa, de gênero e étnica, configurando um *fato social total*”.

Empiricamente, é possível perceber várias dessas dimensões na fala de lideranças dos grupos, de participantes da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária - RCSES, de gestores públicos, onde era colocado todo um significado da economia solidária para além da própria atividade produtiva e financeira, fazendo evoluir para uma idéia econômica no sentido da etimologia da palavra apresentada anteriormente neste trabalho, até em função do fato de ser uma história, uma realidade em construção, em pleno desenvolvimento contemporâneo. As falas dão conta de que a economia solidária é e/ou representa um projeto de vida, sonho, resgate de autoestima, orgulho do que é capaz, sentimento de pertencimento, relação com a comunidade, construção de amizades, troca de saberes, aprendizados, descobertas, educação, formação, enfrentamento à violência doméstica, promoção de saúde mental, ocupação com flexibilidade de horário de trabalho e sem opressão, luta, aposta, vontade de crescer, confiança em dias melhores, realização, possibilidade de ter opinião, direitos e deveres, dentre muitos outros significados pessoais.

Além das características dos empreendimentos, das denominações e dos significados pessoais da economia solidária, existem também simbologias para a categoria, como conjunto, que se expressa, por exemplo, na participação. A participação requer e contribui para formar atores ativos, envolvidos com a realidade em que estão inseridos, inquietos com os problemas existentes, inconformados com os limites que lhes são impostos, atentos às possibilidades.

Podemos confirmar isso através do comentário de Singer (op. cit., p. 21-22) sobre o abalo à cultura alienante da família patriarcal, da escola e da heterogestão, quando afirma que isso acontece quando as pessoas participam, quando se envolvem em lutas emancipatórias, desafiadoras da ordem vigente, quando se irmanam, se reconhecem iguais e se insurgem contra a sujeição e a exploração.

Na nossa pesquisa, percebemos ainda que a participação desenvolve nas pessoas senso de seus direitos e deveres, gera novos conhecimentos e maior consciência política, faz aflorar lideranças, permite conhecer outras alternativas e fortalece o participante, o grupo e o movimento. Nos depoimentos de lideranças da Dendêsol, da Coopsol e da Rede Estrela de Iracema, nas falas dos/as trabalhadores/as em reuniões da

RCSES e na Conferência da Região Metropolitana de Fortaleza, ocorrida em abril de 2010, verificamos que, pelo fato de haverem se envolvido com a economia solidária suas vidas apresentaram vários desses avanços, tendo várias delas saído de casa pela primeira vez para trabalhar ou para discutir questões de trabalho dentre outras, tendo ocorrido de umas desenvolverem escolarização formal, outras aprendido uma profissão, e falarem com a propriedade de um grande conhecimento do que representa politicamente o movimento, sendo capazes de enfrentar platéias e outras instâncias para verem defendidas suas idéias e suas lutas.

Pela participação efetiva, esse modelo de organização para o trabalho é apresentado como democrático e inclusivo, visto que envolve pessoas que em outra realidade teriam dificuldade ou impossibilidade de se inserir em uma atividade produtiva e chama todos à responsabilidade de co-autores da nova realidade que estão construindo.

1.1. Capitalismo e economia solidária

Resgatando um pouco da história, Dobb (1987, p. 261), sobre o período pré-industrial, fala que “nos velhos tempos, a produção era essencialmente uma atividade humana, em geral individual em seu caráter, no sentido de que o produtor trabalhava em seu próprio tempo e à sua própria maneira”.

Com a revolução industrial, as fábricas vieram imprimir um outro estilo e ritmo à produção. Agora, não era o trabalhador que definia seu tempo e maneira de trabalhar e sim as máquinas, o processo de produção, o industrial. O capital se sobrepunha, então, ao trabalho. Além de definir o ritmo e o processo de trabalho o capitalismo industrial interferiu também no local e, especialmente, no ganho dos trabalhadores. Para o capitalismo, a maior remuneração tem que ser para o capital e seus representantes ou seus detentores. Quanto mais se mecanizam e automatizam tarefas, mais trabalhadores ficam desempregados, maior a oferta de mão-de-obra e menor o seu valor no mercado de trabalho.

Esse fenômeno global e também contemporâneo é citado por Gaiger (2004, p.329), explicando que as mudanças técnicas e organizacionais decorrentes dos avanços da tecnologia da informação e comunicação, da biotecnologia e da robótica têm acarretado profundas transformações na sociedade industrial, com impacto no desnível na relação entre trabalhadores e empregos.

Frente a essa realidade de dominação, desvalorização, e exclusão, desde os primórdios do capitalismo, os trabalhadores precisavam construir uma alternativa que, no mínimo, reduzisse esses efeitos da relação capital x trabalho, que criasse espaço para incluir mais trabalhadores que se encontravam à margem das oportunidades do mercado de trabalho. Assim é que, segundo Singer (2002), nasce a economia solidária, como reação da classe trabalhadora aos capitalistas, reação essa favorecida pelas próprias contradições do capitalismo.

Singer e vários outros autores podem ser citados como tendo uma visão dualista entre capitalismo e economia solidária, apontando esta última como a grande alternativa para os trabalhadores à margem da economia. Oliveira (2007, p.31), por exemplo, apresentando a economia solidária como alternativa à lógica do capitalismo, afirma que “há outra via em experimentação para a ruptura com a ditadura do capital [...] buscando viabilizar outro tipo de sociabilidade, em que a economia esteja a serviço das necessidades reais das pessoas e da construção de relações integralmente humanas [...] portanto, uma economia sob controle social, que tem na solidariedade seu valor ético fundamental [...]”.

Para além da polarização entre capitalismo e economia solidária, pode-se pensar como é possível acontecer essa relação com espaço para as duas frentes, sabendo que o capital e sua intrínseca competição não vão ceder passagem gratuitamente para os trabalhadores e suas relações de trabalho solidárias. Esses trabalhadores, em suas organizações, podem vir a conquistar seu lugar, sem ceder à mesma lógica dos capitalistas, mas também sem querer se impor a ela.

Lechat (op. cit., p.50) afirma que a economia solidária está à margem do mercado capitalista, “mas não sem troca com este já que os saberes ou as matérias primas usadas para produzir um bem ou prestar um serviço, na maioria das vezes, foram adquiridos no seu seio.”

1.2. Economia solidária no Brasil

Enfrentando convergências e divergências de visões, de denominações, de sentidos, de formas de organização, a economia solidária vem crescendo e se firmando no Brasil, numa história que se inicia na década de 80, a partir da reação dos movimentos sociais urbanos e do campo aos impactos de políticas macroeconômicas de corte neo-liberal no mundo do trabalho e no universo sindical.

Singer (2005) atribui seu surgimento a uma provável resposta à crise de 81 a 83, quando muitas indústrias pedem concordata ou entram em falência, processo esse que teve continuidade inclusive na década de 90. Vivenciando a realidade dos trabalhadores nessa conjuntura, parte do movimento sindical percebe a necessidade de adotar uma outra postura além da defesa de direitos trabalhistas.

Em 1994, foi realizado em São Paulo o 1º Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, no qual foi decidido criar a ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária. Em 1999, foi criada a UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo, ligada ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista e a ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário, a partir de discussões sobre a política da CUT para a economia solidária.

Nessa fase inicial, enquanto na área urbana, predominantemente no sul e sudeste do Brasil, a economia solidária se faz a partir da autogestão de empresas falidas, no campo ela se dá por obra do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra,

que, a partir de 1986 começa a discutir a organização dos assentados, no I Encontro Nacional dos Assentados.

Nesse recorte histórico da economia solidária no Brasil, Singer descreve ainda a autogestão, como arma na luta contra a pobreza, nas ações da Cáritas Brasileira, da ACCMV – Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida e das ITCP – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Após esses acontecimentos das décadas de 80 e 90, Barbosa (2007, p. 22-23) mostra fatos importantes do início dos anos 2000, quando o interesse pelo tema da economia solidária ampliou-se, “principalmente por parte de governos regionais de esquerda que apoiaram e fomentaram iniciativas econômicas dessa natureza”. No governo federal, a autora aponta como forte apoio, que ganha estatuto de política pública federal, a criação da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, em junho de 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Da mesma época, a pesquisadora ressalta também a criação do FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária, no âmbito da sociedade.

Também no início da década 2000, é necessário citar evento de alta relevância na construção e visibilidade da economia solidária, não só no Brasil, mas com repercussão internacional – o I Fórum Social Mundial – realizado no período de 25 a 30 de janeiro de 2001, em Porto Alegre – RS.

Em material repassado a esta pesquisadora, por participante da coordenação da RCSES, são identificados alguns acontecimentos no Ceará, que consideramos interessante apresentar também neste trabalho, como por exemplo: em 2000, criação do Fórum Cearense de Socioeconomia Solidária; em 2001 o Fórum Cearense de Socioeconomia Solidária passa a ser Rede Cearense de Socioeconomia Solidária – RCSES e realização, em novembro, do I Feirão de Economia Solidária e Agricultura Familiar; em 2002, realização do II Encontro Brasileiro de Cultura, em Fortaleza; em 2003, realização o II Feirão de Economia Solidária, Agricultura Familiar e Reforma Agrária; em 2005, elaboração do Projeto Feiras Solidárias, a partir da reflexão do GT de Cadeias Produtivas e realização do I Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária e realização do III Feirão de Socioeconomia Solidária, Agricultura Familiar e Reforma Agrária; em 2006 aprovação pela Prefeitura Municipal de Fortaleza do Projeto Feiras Solidárias e realização do IV Feirão de Economia Solidária; em 2007, realização do Seminário Construindo a Política Pública de Apoio a Economia Solidária no Ceará, pelo Governo do Estado e RCSES e realização do V Feirão de Economia Solidária, Agricultura Familiar e Reforma Agrária; em 2009, aprovação da Lei Municipal de Economia Solidária.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM FORTALEZA-CE

A discussão sobre políticas públicas de economia solidária vem recebendo maior ênfase, no cenário brasileiro, a partir de fóruns de debates sobre o tema, bem como da instituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES no Ministério do

Trabalho e Emprego – MTE e da criação do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES, duas instituições que foram formalizadas em junho de 2003.

No Encontro de Formação de Gestores em Políticas Públicas de Economia Solidária, em dezembro de 2008, foi observada a carência de uma maior firmeza dessas políticas públicas, uma vez que o marco legal nacional ainda se encontra em discussão no Congresso Nacional. Sobre esse aspecto da legalidade, é necessário observar que a lei por si só não consolida as políticas, porém imprime-lhes regras essenciais para torná-las mais respeitadas e mais fortalecidas e institucionalizadas.

2.1. Políticas públicas de economia solidária

Nas esferas federal, estadual e municipal há estrutura formal ou informal, ou programas, ou ações que dizem respeito à economia solidária, como por exemplo: no Governo Federal, o tema é tratado no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, especificamente na estrutura da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, no Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Na esfera estadual, o trabalho da economia solidária se dá na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS e na estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA.

Na Prefeitura Municipal de Fortaleza, há trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, porém o trabalho mais focado está na Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, especialmente na Célula de Economia Solidária, apesar de esta última ser uma estrutura ainda informal. No âmbito da SDE as ações mais significativas de apoio à Economia Solidária são o Projeto Feiras Solidárias, a Rede Solidária Estrela de Iracema e o Programa Trabalho Comunitário Solidário, sobre as quais fazemos uma breve apresentação a seguir, a partir do que coletamos na pesquisa.

2.1.1. Projeto Feiras Solidárias

Sobre o Projeto Feiras Solidárias, temos relatos colhidos durante a pesquisa, os quais informam que, antes do projeto, para as atividades de comercialização eram contratadas empresas pra montar os eventos. Posteriormente, foi formalizada parceria entre a Prefeitura e a RCSES, com base em projeto elaborado no ano de 2005 pelo Grupo de Trabalho de Comercialização da Rede. Essa parceria viabilizou celebração de convênio, em 2006, entre a Prefeitura e a Associação Santo Dias, a quem foi repassado recurso financeiro para que fossem adquiridos equipamentos e para montar uma equipe de técnicos, permitindo ao próprio movimento de economia solidária a responsabilidade pela realização de feiras de forma mais permanente. A idéia era que houvesse além da atividade de comercialização, atividades de formação e atividades culturais; tinha uma proposta interessante para que o próprio movimento assumisse a gestão dos recursos, do patrimônio e da forma de organizar os eventos, contribuindo para a sustentabilidade dessa atividade de comercialização.

Funcionava em 22 bairros de todas as Regionais de Fortaleza, era administrado por um Conselho Gestor formado por um representante de cada Regional, tinha como infraestrutura: 200 barracas, 3 palcos e 3 aparelhagens de som. Tinha dificuldades quanto à guarda e ao transporte do material de um bairro para outro; quanto aos atrasos nos repasses de recursos, que acarretavam desgastes aos técnicos do projeto, à associação que estava à frente do convênio, à Rede que respaldava o convênio, aos produtores e aos próprios representantes da Prefeitura; carecia de acompanhamento e monitoramento do projeto e, por fim, faltou continuidade ao projeto.

Mesmo com todos os desafios, na pesquisa foram apontados pontos positivos como: o projeto ter nascido na Rede, por meio do GT de Comercialização; ter proporcionado acesso a grupos de todas as Regionais de Fortaleza, com critério de que o grupo participasse da Rede; ter havido envolvimento dos produtores na gestão do projeto, através do Conselho Gestor; ter estimulado a atividade de comercialização, e ter feito uma grande mobilização.

2.1.2. Rede Solidária Estrela de Iracema

A Rede Solidária Estrela de Iracema foi apresentada nesta pesquisa pelo gestor de economia solidária da Prefeitura, como uma evolução dos trabalhos que vinham sendo feitos pela SDE, no período de 2005 e 2006, como apoio isolado à organização de uma cooperativa, ou de um grupo, ou financiamento de um projeto individual. A Rede começou com 5 grupos, no início de 2008, com investimento mais qualificado na formação profissional das costureiras, com ampliação do “parque de produção que elas tinham, ou seja, equipamos, compramos máquinas industriais, reformamos alguns locais [...] e fizemos um investimento inicial de crédito para capital de giro”. Atualmente a Rede Estrela conta com 15 grupos, com representantes de todas as Regionais de Fortaleza.

Em outras entrevistas que fizemos, com representantes de instituições que já desenvolveram parcerias com a Prefeitura, identificamos que não há muito conhecimento sobre a formação e o funcionamento da Rede Estrela de Iracema. Quanto aos grupos focados nesta pesquisa, obtivemos informação de que a Dendêsol se inseriu na Rede, após sua ampliação e a Coopsol já ouviu falar da Rede, mas não sabe como fazer para participar. Também percebemos que o planejamento e a execução dessa ação não aconteceram de forma participativa.

2.1.3. Programa Trabalho Comunitário Solidário

O Programa Trabalho Comunitário Solidário, segundo material de divulgação do mesmo, é apresentado como uma estratégia de desenvolvimento de políticas públicas de geração de trabalho e renda, tendo como objetivo apoiar e fomentar as práticas de economia solidária no município de Fortaleza, na perspectiva da formação de redes de produção, do consumo sustentável, da comercialização e das finanças solidárias como uma forma de organização econômica e social marcada pelos princípios da autogestão, da cooperação, da solidariedade e da sustentabilidade econômica e ambiental.

Esse programa contou com a parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, o Instituto Banco Palmas, a Associação Civil Alternativa Terrazul e a Cáritas Brasileira. Sua área prioritária de atuação foi a Secretaria Executiva Regional V e a Secretaria Executiva Regional VI da cidade de Fortaleza. O público alvo eram os grupos de produção, de consumo e de comercialização solidária, novos e já existentes que atuassem na perspectiva da economia solidária.

Suas metas eram: 60 grupos produtivos solidários com o diagnóstico socioeconômico aplicado e os planos de negócios e de trabalho elaborados e implantados (Cáritas); 420 trabalhadores capacitados para o consumo sustentável (Terrazul) e 01 banco comunitário criado, para viabilizar crédito para o consumo e produção com moeda social (Palmas). À SDE cabiam as seguintes atribuições no processo: elaborar concepções e metodologias; articular políticas de apoio à economia solidária; fortalecer as iniciativas de economia solidária; contribuir na identificação e definição da área de atuação do programa; acompanhar e avaliar as ações previstas no programa; fornecer apoio técnico e financeiro ao programa.

Quanto ao cumprimento das atividades previstas, consta em relatório da Cáritas que 30 grupos produtivos solidários foram acompanhados, nas Regionais I, IV, V e VI; foram realizadas 11 turmas de capacitação em Gestão de Empreendimentos Solidários com 60 horas-aula, além de outras formações; 1 mapeamento de fundos solidários para empreendimentos em Fortaleza; 3 intercâmbios (Rede de Marcas, Feira Internacional de Economia Solidária e intercâmbio local entre os grupos); registro etnográfico dos empreendimentos; acompanhamento sistemático das ações através de reuniões e visitas para planejamento, monitoramento e avaliação, e assessoria financeira e contábil. Também fizeram parte das atividades realizadas a elaboração dos planos de negócios de cada empreendimento, a orientação para o crédito solidário, a articulação e disponibilização de crédito para implementação ou ampliação das atividades produtivas e aplicação de um instrumental de monitoramento desse crédito.

Em relatório da Terrazul consta que, no final de 2008, o trabalho começou a ser efetivado junto às comunidades, tendo sido realizadas 14 oficinas por tema, sendo, cada uma, desenvolvida em um dos grupos e facilitada por dois técnicos da Terrazul: Oficinas de Consumo Sustentável, com duração de 6h30min, sensibilizando os participantes sobre a crise ambiental, ressaltando o papel do consumidor na sua superação; Oficinas de Direito do Consumidor, com duração de 3h30min, tendo como objetivo discutindo formas de reivindicações e organizações; Oficinas de Biomapa com carga horária de 6h30min, que tiveram o objetivo de construir um mini mapa da comunidade na área ambiental, com o foco nos temas – água, lixo, transporte, comércio e serviço, e alimentação. Em março de 2010, quando aconteceu o repasse da quarta parcela do convênio pela SDE, a Terrazul realizou o I Encontro de Consumidores e Consumidoras Conscientes, com o objetivo de realizar o intercâmbio entre as comunidades, discutir a relação de rede entre elas e pensar estratégia de continuidade desse projeto.

Como resultado do trabalho do Banco Palmas no Programa, foi desenhada coletivamente a moeda, foi escolhido o nome do banco – Rio Sol, porque havia o Rio

Maranguapinho que perpassava os bairros; houve capacitação das lideranças e foi efetivamente criado o banco comunitário Rio Sol.

Confrontando material de divulgação, relatórios e entrevistas, pode-se perceber que o Programa Trabalho Comunitário Solidário teve um planejamento participativo, com definição do papel de cada entidade participante, aproveitando as experiências e saberes acumulados e fazendo articulação entre eixos fundamentais da economia solidária. No entanto, alguns pontos foram observados na pesquisa, que indicam distância entre o desenho do programa e sua execução. Como exemplos, pode-se observar a demora entre a concepção do programa e o seu lançamento, irregularidade de tempo entre os repasses de recursos da SDE para as instituições, falta de integração das entidades parceiras após o planejamento e descompasso entre as ações das partes envolvidas na parceria.

Outro exemplo que indica distância entre o desenho do programa e sua execução, diz respeito ao papel da SDE. Para cumprir efetivamente seu papel seria necessário assumir a coordenação, de forma que favorecesse integração entre as instituições durante o planejamento e execução, encadeamento das ações, monitoramento, avaliação e sistematização do que fosse acontecendo, para redirecionamentos, correções de percurso e avanços do programa. Conforme os acontecimentos relatados pelas instituições parceiras, esse papel não foi desenvolvido na íntegra, dificultando conseguir os resultados esperados em termos de articulação, acompanhamento e avaliação das ações; nem mesmo o apoio com os recursos financeiros foi oferecido em sua totalidade.

3. AVALIANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE FORTALEZA FRENTE ÀS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para efeito de avaliação de políticas públicas de economia solidária, esta pesquisa foi focada em programas e ações desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Fortaleza - PMF, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, verificando, especialmente, se essas políticas se fazem acessíveis a grupos de iniciativa de economia solidária, com base na experiência dos grupos Dendêsol e Coopsol.

3.1. O acesso dos grupos aos programas e ações da Prefeitura Municipal de Fortaleza

Entre os dois grupos pesquisados, verificamos uma diferença em relação ao acesso às ações de economia solidária desenvolvidas pela prefeitura. A Dendêsol teve participação no Projeto Feiras Solidárias e continua com parte da estrutura de barracas pertencentes ao projeto, que foram distribuídas ao final do mesmo; participou do Programa Trabalho Comunitário Solidário, tanto na capacitação quanto na tomada de crédito para montagem de uma cozinha; e, mesmo não tendo sido um dos cinco grupos fundadores da Estrela de Iracema, já está participando dessa Rede.

A Coopsol participou de alguns eventos do Projeto Feiras Solidárias, também chegou a participar de capacitação na Cáritas, durante o Programa Trabalho Comunitário Solidário, mas não buscou recursos do crédito disponibilizado pela Cáritas após os cursos. Quanto à Rede Solidária Estrela de Iracema, a Coopsol não participa dessa ação e não tem conhecimento de como poderia participar.

Os dois grupos estudados apresentam algumas características diferentes, que podem interferir, também, no maior ou menor grau de facilidade de acesso às ações de economia solidária disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.

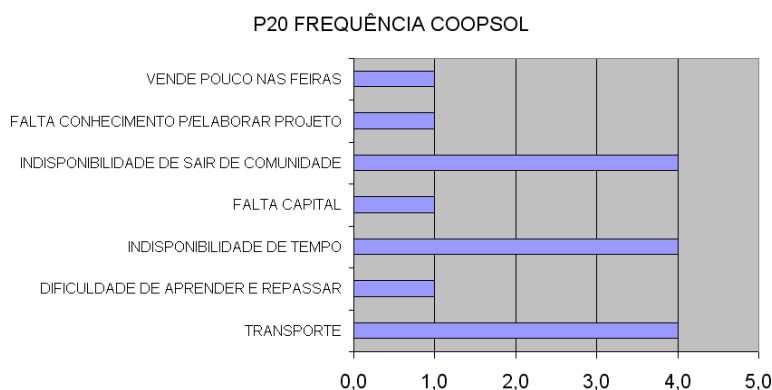
A Dendêsol, um dos grupos do estudo de caso, é composto predominantemente de mulheres, localizado na Comunidade do Dendê, no Bairro Edson Queiroz, em Fortaleza – CE, contando com um número em torno de 20 associados que trabalham na produção de artesanato e alimentação. É um grupo solidário, cuja experiência teve início no ano de 2000 e está formalizada como associação, onde cada participante faz suas atividades, não necessariamente em conjunto, porém mantém reuniões semanais, todas as segundas-feiras, para discussão e avaliação de suas atividades; tem a prática de participar assídua e efetivamente da RCSES, em suas reuniões mensais e nas outras atividades propostas e organizadas pela rede. Sobre apoio externo, recebe apoio constante do Instituto Florestan Fernandes, desde a sua fundação como grupo e mantém contato direto com deputado federal que integra a frente parlamentar nacional de economia solidária, antigo morador da comunidade. O grupo é bem articulado no movimento, sendo sempre informado dos acontecimentos de economia solidária. Seus componentes participam de cursos e eventos em Fortaleza, já participaram de eventos em outros estados e até fora do país. Comercializam sua produção em feiras na comunidade, todas as sextas-feiras e sábados, em um espaço conquistado pelo grupo, junto ao Fórum Clóvis Beviláqua, no próprio bairro, comercializam também na lojinha da Rede Solidária Estrela de Iracema, em feiras e eventos de economia solidária realizadas em Fortaleza, inclusive em outros eventos realizados no Centro de Convenções que fica localizado também no bairro.

A Coopsol situa-se no Grande Jangurussu e trata-se de um grupo organizado em forma de cooperativa, que congrega três subgrupos sediados em três bairros diferentes – Conjunto João Paulo II, Santa Maria e Conjunto Palmeiras. Teve início, enquanto grupo produtivo da economia solidária também no ano de 2000; tem como componentes, em sua grande maioria, mulheres que trabalham na atividade de costura, sendo que um dos subgrupos se caracteriza por confeccionar principalmente moda íntima e moda praia; outro trabalha mais por encomenda, especialmente confeccionando camisetas de malha, uniformes de grupos de capoeira, fardamentos de um colégio com quem têm um contrato e, esporadicamente, confeccionam camisetas e bolsas de tecidos para eventos da UFC, de ONGs e de igrejas; o terceiro subgrupo está, atualmente, trabalhando confecção para uma facção. Quanto ao funcionamento e organização do grupo, a Coopsol não vem realizando reuniões periódicas; não tem a prática de discussão sobre as questões dos três grupos conjuntamente; não tem participado regularmente de feiras; expõe produtos de um dos grupos na loja da Coopvida, porém não tem regularidade no acompanhamento das vendas realizadas. Já participou da RCSES, mas atualmente tem

uma participação esporádica; recebe informações do que acontece por correspondência, por e-mail e por telefone. Sobre apoios externos, para a sua fundação, contou com apoio da Pastoral Operária e de dois padres desse movimento da Igreja Católica, atualmente ainda tem apoio da igreja, não na mesma intensidade, mas um dos grupos continua sediado em sala cedida pela paróquia; no momento, conta também com apoio institucional da UNISOL, instituição sediada em São Paulo.

Diante da realidade dos grupos, observa-se que além dos critérios que o poder público e as instituições precisam adotar na perspectiva de obter eficiência e eficácia na utilização dos recursos, ainda existem dificuldades inerentes aos próprios grupos para participarem e terem acesso ao que é proposto e oferecido. Como exemplo, podemos apresentar relato de uma das lideranças da Coopsol, que, falando sobre o Projeto Feiras Solidárias, diz que “teve um projeto de feiras [...], como era itinerante, precisava estar saindo pra outros bairros. Aí o deslocamento dos produtores ficava difícil, não tinha transporte, terminava tarde pra voltar pra casa”. Neste caso, o fato de o local de realização das feiras ser distante da comunidade, assim também a questão do transporte para levar as mercadorias, além do horário que eram concluídas as atividades, tudo isso somava um conjunto de dificuldade para o grupo participar dessa ação de iniciativa da prefeitura.

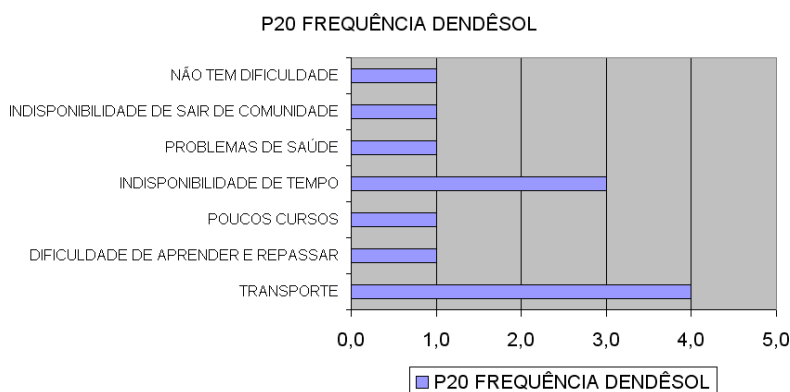
Está apresentado, abaixo, gráfico representante das respostas obtidas na Coopsol a um item do questionário de pesquisa – “Quais as dificuldades para participar dos cursos, dos seminários, de discussões, das orientações de técnicos, da distribuição do crédito, das feiras da economia solidária?”.



Como resposta, obteve-se 4 indicações de que as dificuldades à participação são devidas à indisponibilidade de sair da comunidade, 4 indicações de indisponibilidade de tempo, 4 de transporte como dificuldade e foram apontados ainda, 1 indicação de que vende pouco nas feiras, 1 falta conhecimento para elaborar projetos, 1 falta de capital e 1 dificuldade para aprender e para repassar os conhecimentos adquiridos no retorno ao grupo. Pelas respostas, identifica-se que a visão dos participantes da Coopsol foca mais nas dificuldades pessoais ou internas ao grupo. Falta ainda uma maior percepção dos problemas na dimensão das políticas públicas.

Exemplo semelhante apresenta uma das lideranças da Dendêsol. Falando sobre o Projeto Feiras Solidárias, ela diz: “às vezes, a gente enfrenta dificuldades de se deslocar pra uma feira, porque [...] umas trabalham com alimentação. E a alimentação já requer

que você tenha recipientes adequados pra fazer esse deslocamento, a questão também de transporte [...], a questão do peso, já se torna meio complicado”. Nesse caso da Dendêsol, a distância das feiras, o transporte para levar as mercadorias, os recipientes adequados para transportar alimentação e o peso de todos os objetos a conduzir somavam as dificuldades para o grupo participar do Projeto Feiras Solidárias, ou de qualquer ação que envolva feira fora da comunidade. Logo abaixo, disponibilizo gráfico representando as respostas obtidas na Dendêsol, também em relação ao mesmo item do questionário de pesquisa – “Quais as dificuldades para participar dos cursos, dos seminários, de discussões, das orientações de técnicos, da distribuição do crédito, das feiras da economia solidária?”.



Como resposta, obteve-se 4 indicações de que as dificuldades à participação são devidas à questão do transporte, 3 indicações de indisponibilidade de tempo e foram apontados ainda, 1 indicação de indisponibilidade de sair da comunidade, 1 por problemas de saúde, 1 pelo oferecimento de poucos cursos, 1 dificuldade para aprender e para repassar os conhecimentos adquiridos no retorno ao grupo e 1 indicação de que não há dificuldade.

Com as respostas, pode-se perceber que a visão dos participantes da Dendêsol foca, igualmente, mais nas dificuldades pessoais ou internas ao grupo, do que na problemática de políticas públicas. Pode-se perceber também que alguns itens se repetem diante da realidade dos dois grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além da fundamentação teórica, para embasar este trabalho, vali-me da realidade empírica e da etnografia, onde consegui conhecer o que existe de políticas públicas de economia solidária disponíveis na esfera municipal. Esse conhecimento força-me a afirmar que o que existe de políticas públicas são ações pontuais, carentes de continuidade e de maior grau de regulamentação em relação a critérios de acesso.

Quanto aos grupos, é necessário observar o cuidado com a participação, com o envolvimento, com a conquista dos espaços. Com todas as limitações, percebe-se que os grupos têm mais facilidade de acesso às ações, ou, pelo menos de reivindicá-la, tanto mais participem do movimento.

Por fim, sem a pretensão de concluir tão vasto tema, observa-se que além da necessidade de esforço da institucionalização e da participação dos grupos, é importante frisar a importância de legislação que contribua com a definição das regras que venham a facilitar e tornar claro o acesso às políticas públicas. A lei municipal, por exemplo, sancionada em janeiro de 2010, foi fruto de uma discussão participativa nas instâncias políticas e do movimento, descreve em que se constitui a economia solidária, as características e os princípios norteadores dos empreendimentos, aponta a formação de redes como uma prioridade, define objetivos e instrumentos da política, traz indicativos de fomento ao desenvolvimento da economia solidária, no entanto carece de descrição do como as coisas deverão acontecer para viabilizar na prática a economia solidária. Por exemplo, falta no texto legal a previsão de um fundo que dê suporte às políticas e de um conselho, do qual participem todas as instâncias interessadas, para definir essas políticas.

Notas

¹ Trabalho apresentado na 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil.

² Sobre as várias significações do termo economia solidária, consultar Lechat (2004).

³

⁴ Sobre a constituição do campo da economia solidária no Brasil, consultar estudo de Lechat (2004).

⁵ Sobre abordagem biográfica e construção do conhecimento, consultar Gussi (2008).

⁶ Sobre as dimensões do desenvolvimento e as suas interfaces com as políticas públicas consultar Gussi (2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Marcos; BOFF, Leonardo. *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do sul*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.

BRAGA, Elza Maria Franco. Socioeconomia solidária e a questão democrática desvendando caminhos e utopias. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: UFC, v. 5, n. 1, 2004, p. 57-67.

DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1987.

GAIGER, Luiz Inácio Germany (org.), *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GONÇALVES, Alícia Ferreira. Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos. *Revista Katálysis*. Florianópolis: v. 11, n. 1, 2008.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802008000100013&script=sci_arttext. Acessado em 01/02/2009.

_____. *Experiências em economia solidária*. Campinas: UNICAMP/CMU Publicações; Arte Escrita Editora, 2009.

GUSSI, Alcides Fernando. A abordagem biográfica e suas implicações epistemológicas entre a Antropologia e a Educação. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 24, no. 2, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, julho/dezembro, 2008, p. 173-186.

_____. *Microcrédito e dimensões do desenvolvimento*. Mesa temática coordenada “Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento”. Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas – MAPP-UFC.

LECHAT, Noelle Marie Paule. *Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2004, 392p.

OLIVEIRA, Aécio Alves de. Significado e inferências sobre a economia solidária a partir do quadro empírico do Ceará. In: GAIGER, Luiz Inácio Germany (org.), *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 323-369.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *A Socioeconomia Solidária e as Práticas de Vida Humana: diálogo em construção*. In: PINHEIRO, Margarida M. S.; SOUZA, Maria V. S. (orgs.), *Socioeconomia solidária: um outro olhar e um novo fazer – Diálogos do I Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária*. Fortaleza: CETRA, 2007, p. 11-36.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 81-129.

TZONI, Margarita C. *Gênero e economia solidária – debate necessário*, (tradução de Luana Mourão). In: PINHEIRO, Margarida M. S.; SOUZA, Maria V. S. (orgs.), *Socioeconomia solidária: um outro olhar e um novo fazer – Diálogos do I Seminário Internacional de Socioeconomia Solidária*. Fortaleza: CETRA, 2007, p. 93-114.